



A AMPLIAÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL E O SETOR DE SERVIÇOS NA CONJUNTURA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

GOIS, Juliana Carla da Silva¹.

RESUMO: Tendo em vista que nas últimas décadas o sistema do capital vivencia uma crise sem precedentes que, por sua vez, como consequência direta, provoca alterações no que diz respeito às relações de produção, recoloca-se, sem lugar a dúvida, a necessidade de se continuar refletindo sobre as questões que permeiam a categoria trabalho. Neste artigo, em particular, demonstra-se que ao se expandir por diversos setores, conjugando-se com as exigências da fábrica toyotista, o trabalho intelectual assume contornos específicos. Esses, dentre outros, são os aspectos que compõe o presente estudo.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho intelectual; setor de serviços; reestruturação produtiva.

1. INTRODUÇÃO:

Há poucas dúvidas, se tivermos um olhar crítico sobre a realidade, que a categoria trabalho, de alguma forma, tem aparecido na literatura das Ciências Humanas e Sociais. Ela vem sendo discutida na sociedade contemporânea sobre diversos enfoques. Debates versando sobre problemáticas direta ou indiretamente relacionadas ao trabalho encontram-se instaurados na arena acadêmica e se caracterizam pela pluralidade teórica, sendo traduzidos por distintas acepções. Dos críticos do capitalismo aos seus apologéticos, abre-se uma nítida linha divisória de análises e interpretações saturadas de convergências e/ou dissonâncias.

Desde a segunda metade do século XX, numa delimitação histórica mais precisa, assiste-se a uma verdadeira epidemia de teorias que promulgam o fim da centralidade do trabalho no mundo dos homens e, no aspecto sociopolítico, o “adeus ao proletariado”. Os argumentos, por vezes, são os mais variados. Sustenta-se - como é o caso, embora que com diferenças, de Schaff, Lojkine, Bell, Toffler – a afirmação de que o incremento pujante das tecnologias computadorizadas na produção, como a automação e a informatização, ao ampliar as possibilidades de difusão do conhecimento, constitui o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, nitidamente pós-mercantil, mais justa e igualitária e, sendo assim, totalmente diferente da industrial: a “sociedade de informação”.

¹ Aluna regular do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



Tem-se, ainda, a argumentação marcada pela alegação de que a produção flexível típica das fábricas enxutas toyotistas, com operários reduzidos, e no contexto da expansão do setor de serviços, provocou mudanças que, ao serem positivas para quem labuta diariamente, deixaram para trás o trabalho tedioso, cansativo, monótono que implica a desqualificação dos operários, abrindo espaço para a requalificação do trabalho, para a fusão entre o trabalho manual e o intelectual. Os antagonismos que balizam a divisão do trabalho tipicamente capitalista estariam, pois, sendo superados.

Num contrafluxo a essas tendências, este estudo pretende abordar a ampliação do trabalho intelectual e a hipertrofia do setor de serviços no contexto da reestruturação produtiva contemporânea. Demonstra-se que essa forma de trabalho assume configurações distintas e funções peculiares correspondentes a cada conjuntura, comprovando, assim, que a expansão de atividades intelectuais assalariadas dentro e fora do espaço fabril responde às determinações e exigências mais internas do sistema capitalista.

Apontaremos o trabalho intelectual assalariado na dinâmica autoexpansiva do capital no século XX, assim como a hipertrofia do setor de serviços no contexto da reestruturação produtiva contemporânea. Demonstra-se que essa forma de trabalho assume configurações distintas e funções peculiares correspondentes a cada conjuntura, comprovando, assim, que a expansão de atividades intelectuais assalariadas dentro e fora do espaço fabril responde às determinações e exigências mais internas do sistema capitalista. Tentaremos apontar a exploração das atividades intelectuais assalariadas a partir da expansão do setor de serviços, na ocasião da reestruturação produtiva do capital, como também a exploração da componente intelectual do trabalhador.

Por que na contemporaneidade ocorre uma expansão significativa de atividades intelectuais produtivas e improdutivoas? Eis o questionamento que orienta essa reflexão e que, nos seus limites intrínsecos, buscamos respondê-lo sem, obviamente, termos qualquer pretensão de esgotá-los, haja vista sua complexidade. Embora as matérias neles contidas - não apenas teóricas nem meramente acadêmicas, mas portadoras de cunho político explícito - sejam complexas, elas expressam inquietações que devem ser analisadas.

2. DESENVOLVIMENTO:

Se for correto afirmar que as estratégias utilizadas nos “anos dourados” possibilitaram o aumento das taxas de lucro e marcaram uma ampla expansão da economia capitalista, é igualmente verdadeiro, e em contraste, que elas apresentaram, a certa altura, alguns limites. Já no início dos anos de 1970 eclodem claramente seus sinais de esgotamento, de estagnação, não possibilitando as mesmas condições favoráveis à expansão ininterrupta do



capital. Não é à toa que desde esta década, até os dias de hoje, desencadeia-se um quadro crítico irreversível e diferenciado.

Os traços mais evidentes do refluxo econômico mundial inaugurado com a crise do petróleo se traduzem, por parte do capital, no esgotamento do padrão taylorista/fordista devido a sua incapacidade de responder, a longo prazo, à retração do consumo; na dissolução do *Welfare State*, com a conseqüente diminuição dos gastos públicos destinados à área “social” e transferências de recursos para a rede privada; no crescimento da dívida externa; na relação de dependência econômica dos países periféricos aos países centrais; na hipertrofia do setor financeiro em detrimento do setor produtivo que não consegue reverter a capacidade ociosa das empresas; no aumento dos preços das matérias-primas e nas altas taxas de juros no mercado. De então pra cá, a fase de expansão econômica antes experimentada pelo sóciometabolismo do capital é substituída por uma recessão nunca vista. Identifica Mézáros (2011, p. 697, grifos do autor) que ela é a “um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada”.

Muito embora se tenha a instalação de uma crise destas proporções isso não impede que o capital, em face dos seus próprios limites estruturais, continue exercendo a dominação sobre o conjunto da humanidade. Continua, apesar, é claro, de se valer de novos e velhos mecanismos. Visando dar respostas a essa conjuntura, o sistema capitalista iniciou um processo de reorganização econômica, ideológica e, como é de se esperar, também política

[...] cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (...); a isto se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2008, p. 33, grifos do autor).

Vale dizer que é este último aspecto, e sua necessária problematização, que mais diretamente nos interessa. Numa ofensiva contra o trabalho, o capital se vê compelido a encontrar alternativas para a crise, em que é absorvido no sentido de reordenar tanto a produção e as formas de acumulação quanto seu controle sobre a sociedade, trazendo como resultado de suas medidas conseqüências severas para a classe trabalhadora. Diante dessas circunstâncias, passa-se, então, a substituir o padrão “rígido” por um novo padrão produtivo centrado na “flexibilidade” que responde no âmbito econômico às novas exigências.



Se no taylorismo-fordismo a execução das tarefas dependia da aptidão física do trabalhador, sendo ignorada sua capacidade de pensar, que era delegada à gerência, no toytismo tem-se um quadro diferente, sendo o trabalhador chamado a pensar para o capital. A organização do trabalho toyotista implementa um modelo de gerência que utiliza estratégias de envolvimento e participação dos trabalhadores, valendo-se de artifícios ideológicos, como a denominação do trabalhador como “associado” ou “colaborador”. É prioridade desta conjuntura um trabalho altamente qualificado e intelectualizado, que, contraditoriamente, associa-se com o trabalho precarizado e superexplorado, para obter a extração intensa de mais-valia. Ao contrário do modelo de produção taylorista-fordista, onde o trabalhador não era requisitado a pensar sobre seu trabalho, o toyotismo demanda um trabalhador participativo, conjugando elementos subjetivos com formas flexíveis de emprego. Tais características são essenciais para que o controle e a disciplina dos trabalhadores sejam assegurados.

Devido ao desenvolvimento das forças produtivas e aos avanços técnicos e científicos, ocorre, nessa nova dinâmica do capital, uma intensiva incorporação destes à produção, reduzindo, tendencial e parcialmente, a demanda por trabalho vivo. Aprisionada aos nexos e às hierarquias da produção toyotista, a microeletrônica, por exemplo, desempenha um papel central ao explorar a componente intelectual do trabalhador, pois a informática recolhe e guarda os resultados da inteligência prática dos trabalhadores e a automatização aplica esses resultados nas operações realizadas pelas máquinas. Através dela, os conhecimentos técnicos adquiridos pelos trabalhadores também são incorporados no processo de produção e os estimula, principalmente pela propalada “gestão participativa”, a dar opiniões a respeito das técnicas produtivas. A própria administração das empresas passa a assimilar os conhecimentos técnicos dos trabalhadores incorporando-os à produção para aumentar a eficiência e salvaguardar a produtividade.

A partir da década de 1970 há um emprego crescente de trabalho intelectual na produção capitalista. Esse emprego traduz-se na expansão do setor de serviços, como também no progresso da automação produtiva. Observa-se a necessidade do assalariamento de novos profissionais no âmbito desses serviços, que estarão na esfera do trabalho intelectual. Interessante mencionar que o setor de serviços passa a ser incorporado ao processo de acumulação capitalista e apesar de se constituir de trabalhadores intelectuais, esses podem se desdobrar em produtivos e improdutivos, a depender da relação a qual estão inseridos. Esta fase do desenvolvimento do capitalismo é marcada pela subsunção da produção científica ao capital e, conseqüentemente, pelo assalariamento dos produtores de conhecimento. Assim, observa-se o crescente emprego de força de trabalho



intelectual, que é altamente compatível com a produção em forma capitalista, na produção e reprodução do sistema do capital.

Segundo Antunes (2008, p.125), temos a partir da reestruturação produtiva do capital “a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual”, tanto nas atividades industriais informatizadas, como também na esfera do setor de serviços. O autor sinaliza que dentro da expansão do trabalho intelectual na produção, a força de trabalho intelectual “produzida dentro e fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que se lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto: flexibilidade, rapidez de deslocamento e autotransformação constante”. Observa-se que a produção de serviços demanda inovações e torna-se cada vez mais subordinada “a uma produção crescente de conhecimento que se converte em mercadoria e capital” (idem, p. 128). Portanto, não há dúvidas que o trabalho intelectual, participante do processo de criação de valores, “encontra-se também sob a regência do fetichismo da mercadoria. É ilusório pensar que se trata de um trabalho intelectual dotado de sentido e autodeterminação: é antes um *trabalho intelectual abstrato*” (ANTUNES, 2008, p. 128-129, grifos do autor).

O modelo toyotista, além de implicar flexibilidade da produção, acentua a divisão social do trabalho inaugurando um novo patamar de intensificação do ritmo das atividades, ao combinar as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia. Cabe notar que:

De um lado existem os trabalhadores que sustentam a modalidade de mais-valia relativa inaugurada pelo toyotismo. Caracterizam-se por uma situação profissional estável e por salários bastante elevados, mas são eles os mais explorados, porque a sua capacidade intelectual está plenamente ao serviço do capital. No outro extremo existem os trabalhadores mais mal pagos, contratados ao dia ou a hora e que alternam o trabalho com períodos de inatividade. Mas como são desprovidos de qualificação e é sobretudo força física que põem ao serviço do patrão, são os menos produtivos e por isso são os menos explorados. Entre estes dois extremos situam-se a hierarquia de qualificações e as múltiplas formas de conjugar o esforço físico e a capacidade intelectual, assim como se situam todas as variantes da precarização e as hierarquias de remunerações e de benefícios. A nova articulação entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta, iniciada pelo toyotismo, confere uma ordem a esta multiplicidade e permite dividir a força de trabalho dos nossos dias em grupos relativamente bem caracterizados (BERNARDO, 2004, p.136-137).

Tais mudanças incidem diretamente na composição da classe trabalhadora, consubstanciando numa própria reestruturação interna através da adoção, aos saltos, de novas formas de contratação, alterações organizacionais na estrutura produtiva que ocasionam instabilidade e precariedade das relações de trabalho, subcontratação, exigências de contenção salarial e ausência de postos de trabalho protegidos e de larga duração. A ameaça real ao desemprego crônico, aliada às estratégias de organização do trabalho e de controle que exploram a componente intelectual do trabalhador são decisivas para a sua aceitação aos mecanismos de subordinação. Apenas “submetendo a um controle



permanente tanto a formação intelectual da força de trabalho como a atividade intelectual dos trabalhadores é que se torna possível desenvolver a componente intelectual do trabalho” como também “apelar para que os trabalhadores participem na gestão” (BERNARDO, 2004, p.107).

A complexificação da divisão do trabalho promove o crescimento do setor de serviços² que contribuirá no processo de acumulação capitalista. Para Marx (2010), os serviços representam um valor de uso particular do trabalho, ele considera apenas seu valor útil, numa relação entre o produtor e o consumidor. Essa explicação, realizada quando os serviços correspondiam aos serviços pessoais, é de extrema atualidade, visto que a maioria dos serviços, destacando os voltados para a reprodução da força de trabalho, como os da saúde e educação, conserva a característica de atender a uma necessidade. Sendo assim, infere-se que mesmo os serviços se expandindo e se diversificando seu caráter de atividade que realiza um valor de uso mantém-se.

De posse dessa verificação, é preciso qualificar as atividades realizadas no setor de serviços tanto no que se refere ao processo de valorização do capital como das formas contemporâneas de subordinação hierárquica do trabalho ao capital. Materializados numa etapa de crise capitalista, crescem quantitativamente os serviços que estão ligados ao processo produtivo e, num cenário de lutas, a incorporação de algumas necessidades de reprodução da força de trabalho determina a progressiva mercantilização, estimulada em grande parte pelo Estado em sua feição neoliberal, de serviços sociais que possibilitam, em alguma medida, o controle político, social e ideológico de parte significativa da classe trabalhadora.

Gradey (2001) mostra pesquisas que constataam que no Brasil, a partir dos anos 1950, a participação dos serviços no emprego total passou de 31% (em 1950) a 57% (em 1996). Vale ressaltar que nesse mesmo período o setor primário obteve uma queda, passando de 59% (em 1950) a 23% (em 1996). Isso demonstra empiricamente o grande crescimento dos serviços no mercado de trabalho. Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que entre os anos de 1998/1999 no Brasil, a participação no PIB do setor produtor de serviços, em conceito amplo, segundo as Contas Nacionais, situou-se em 58,3% em 1999, respondendo por 57,2% da absorção de mão-de-obra na economia. Logo, a expansão dos serviços implicou o crescimento de

²Com o crescimento dos serviços, alteram-se não apenas as fronteiras da divisão social e técnica do trabalho, especialmente aquelas que dizem respeito às fronteiras existentes entre os serviços de consumo privado e coletivo, entre os serviços de consumo e de circulação, mas, essencialmente a função que têm os serviços no processo de acumulação capitalista, na realidade atual (COSTA, 2008, p.101).



trabalhadores assalariados para executá-los, seja no âmbito da produção de mais-valia, seja no âmbito das atividades improdutivoas. Destacamos que essa expansão dos serviços não revela o fim da sociedade do trabalho, mas sim uma nova forma do capital adentrar em mais um setor da sociedade para garantir sua reprodução.

Não podemos contestar que a ampliação dos serviços³, incluindo os serviços sociais, justifica-se pela necessidade absolutamente vital do capital controlar e amenizar, ainda que temporariamente, os conflitos e problemas sociais decorrentes das iniquidades produzidas pelo próprio sistema e garantir, em certa medida, a reprodução da força de trabalho a ser capitalisticamente explorada. Por esse motivo, a função de controle político-ideológico e econômico sobre a classe trabalhadora, necessária ao domínio de classe e posta em prática por seguimentos profissionais, evidencia a natureza improdutivoa dessas atividades porque não geram mais-valia e atuam no sentido de garantir o funcionamento adequado do capitalismo.

Portanto, é necessário reafirmar que a expansão do trabalho intelectual não se limita aos processos produtivos. Os trabalhadores intelectuais dos serviços improdutivoas também se expandem, por meio da ampliação dos serviços sociais e de outras atividades não produtoras de mais-valia. O trabalho nos serviços é composto de muitas particularidades e diferenças se comparado com o trabalho na esfera da produção. Porém, a condição dos que executam os serviços é de assalariado, em função da manutenção do capital. Ainda que os serviços exijam trabalho intelectual, isso não muda a condição de assalariado que está inserido no modo capitalista de produção, sujeitando-se às imposições do capital.

Reitera-se que é no interior das contradições desenvolvidas no capitalismo contemporâneo que o setor de serviços é expandido, já que a conjuntura demanda serviços de controle para apaziguação dos conflitos emergentes. Nessa expansão dos serviços de controle surge a necessidade de profissionais para implementá-los e executá-los. Tais profissionais irão executá-los por meio de uma relação de assalariamento, vendendo sua força de trabalho. Com isso, surge uma vasta gama de profissões assalariadas que na maioria das vezes terão o Estado como seu empregador.

Essas atividades de controle, demandadas pelo Estado, serão exercidas por trabalhadores assalariados intelectuais improdutivoas, pois no âmbito estatal não se produz mais-valia. São atividades de controle político-ideológico que demandam profissionais

³ Nosso ponto de partida é o conceito de Marx: "(...) serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade" (MARX, 2010, p.118). A atividade de serviços geralmente não cria valores de uso que se materializam em um objeto, tendo sua utilidade apenas como atividade, ou seja, essa utilidade deixa de existir quando o trabalho termina.



assalariados para executá-las. É por intermédio da intervenção estatal que esses serviços de controle serão implementados, tendo em vista que pretendem assegurar o bom funcionamento da ordem social burguesa. Apesar de esses serviços situarem-se no âmbito da improdutividade, eles são essenciais para a garantia da reprodução do capital. São serviços oferecidos à parte da classe trabalhadora sob a forma de serviços sociais.

Como o capital necessita do controle e da amenização dos conflitos sociais, advindos da relação antagônica e conflituosa entre capital e trabalho, os serviços sociais cumprem papel importante nesta tarefa, sendo destinados à parte da classe trabalhadora para o atendimento de algumas necessidades básicas de sobrevivência. Segundo Costa (2008, p. 109, grifos da autora) a expansão dos serviços sociais, que são destinados ao atendimento de algumas necessidades de reprodução do trabalhador e de sua família, “expressa a complexa e contraditória tensão entre a sua existência como um serviço que *tem um valor de uso social e coletivo*” e a probabilidade “de serem transformados em um serviço cuja utilidade social passa a depender da geração de lucros, isto é, da sua mercantilização”. Nessa perspectiva, os serviços sociais voltados ao atendimento de necessidades sociais dos trabalhadores expressam “o poder que tiveram as lutas dos trabalhadores pelo seu reconhecimento; no entanto, tal reconhecimento não se dá independente das necessidades do próprio capital” (idem, p. 109). Portanto, embora os serviços sociais sejam destinados ao atendimento de necessidades da classe trabalhadora, eles também existem em decorrência de necessidades do capital, como, por exemplo, o controle da classe trabalhadora.

Tendo em vista os argumentos explicitados, em linhas gerais, podemos sinalizar que o período da reestruturação produtiva do capital ocasionou o aumento do trabalho intelectual, tanto nas atividades diretamente ligadas à produção capitalista de mercadorias, como também às atividades de serviços pessoais e sociais. Essa expansão dos serviços é fator determinante para a exploração de mais trabalho intelectual e, conseqüentemente, para expansão de profissões assalariadas. Tal ampliação do trabalho intelectual é indispensável para realização do trabalho manual. Contudo, apesar de os trabalhadores manuais e os trabalhadores intelectuais exercerem funções distintas no interior da divisão do trabalho capitalista, ambos estão subsumidos ao capital e ao assalariamento. Por esses motivos, é inconteste que a exploração do trabalho intelectual é fundamental e necessária ao capital tanto nos processos produtivos, como também nos improdutivos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Num momento em que, no interior da academia, muitas polêmicas são travadas em torno da categoria trabalho, este artigo assumiu a tarefa nada fácil de analisar as configurações assumidas particularmente pelo trabalho intelectual no início da produção capitalista, como também no período histórico do século XX que possibilitou a consolidação dos padrões produtivos taylorista/fordista e, em seguida, toyotista.

Particularizando a regência e a dinâmica de reprodução do capital na sua busca incessante pelo lucro, vimos que apesar de haver profissionais não atuantes diretamente na produção eles são essenciais para a exploração e controle dos demais trabalhadores. Vimos ademais que ambos vendem sua força de trabalho em troca de um salário. Portanto, a partir das necessidades que fazem o sistema atual um modo de controle singular, demanda-se o trabalho daqueles que transformam a natureza, produzindo o capital, e dos numerosos assalariados que controlam e organizam o trabalho a ser realizado pelos primeiros. Trata-se, claro está, de dois tipos de trabalhadores distintos, pela função social por eles assumidas, não obstante igualmente essenciais à reprodução econômica.

Na dinâmica desse século, complexifica-se a divisão social do trabalho e a tendência de ampliação do trabalho intelectual, pois ele passa a impor cotidianamente na produção as imposições hierárquicas do capital sobre o trabalho. Com isso, exerce o controle integral do processo produtivo e dos trabalhadores inseridos diretamente na produção (ou seja, os trabalhadores manuais), com vistas, dentre outras coisas, a expandir os ciclos da acumulação capitalista. Tornam-se, por isso, indispensáveis para o funcionamento adequado do sistema.

Organicamente atrelada ao desenvolvimento da riqueza em sua feição burguesa, na contemporaneidade ocorre, como demonstrado, a expansão dos trabalhos intelectuais que ganharão maior destaque a partir da implementação do modelo de produção “flexível”. Nesse contexto, além da exploração física vai se explorar a componente intelectual do trabalho. Essa exploração foi possibilitada pelas invenções tecnológicas aplicadas ao processo produtivo, o que acarretou na redução relativa do trabalho vivo. É explicável, portanto, o surgimento de diferentes profissões que auxiliam a reprodução do capital, o redimensionando da função de controle e a hipertrofia/diversificação do chamado setor de serviços.

Em suma, apreende-se com os resultados aqui obtidos que a produção flexível, apesar de promover alterações substantivas no processo de trabalho propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico, não conseguiu, nem conseguirá, suplantar a distinção elementar entre trabalho manual e trabalho intelectual. Há comprovação histórica, por todas as constatações possíveis no decorrer do texto, que essa organização do trabalho reafirma



tal distinção ao possibilitar que o capital, mesmo diante do quadro de crise, continue explorando intensivamente os diversos segmentos de trabalhadores, intelectuais ou não, e situados em setores os mais diferenciados, a fim de superar esse quadro que põe em xeque a viabilidade de sua existência enquanto sistema sociometabólico.

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

BERNARDO, J. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa. São Paulo: Cortez, 2004.

COSTA, Maria Dalva Horário da. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do Serviço Social. Ana Elizabete Mota (Organizadora) – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

GRADEY, Jean. **Emprego, produtividade e avaliação de desempenho dos serviços**. In: Relação de Serviço. Produção e avaliação. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

HIRANO, Sedi. **Política e economia como formas de dominação o trabalho intelectual em Marx**. Tempo Social; São Paulo, p. 1-20, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a01.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual dos Serviços**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/analisePAS99.shtm> . Acesso em 22 set 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. Nova Cultural: 1985a.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo II. Nova Cultural:1985b.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Trad. Klaus V. Puchen 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, F. de. **O terciário e a divisão social do trabalho**. *Novos Estudos CEBRAP*, Rio de Janeiro, nº. 24, p.139-168, 1979. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/o_terciario_e_a_divisao_social.pdf>. Acesso em: 02 de março de 2015.

SINGER, Paul I. A economia dos serviços. **Novos Estudos CEBRAP**, Rio de Janeiro, n.24, p.129-135, 1979. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_economia_dos_servicos.pdf> Acesso em: 6 set. 2010.